

ESCOLA, RELIGIÃO E COMUNIDADE: ELEMENTOS PARA COMPREENSÃO DO “CATOLICISMO IMIGRANTE”

Ernesto Seidl¹

Resumo. O artigo aborda elementos da dinâmica de estruturação da Igreja católica no Rio Grande do Sul em conexão com o processo de imigração e colonização de parte do estado por grupos europeus não-lusos. O eixo de análise procura examinar os seguintes aspectos: os nexos entre a instalação e reprodução de novos grupos sociais e as estratégias de construção institucional levadas a cabo pela Igreja no estado a partir das últimas décadas do século XIX; os mecanismos de enquadramento e normatização social e religioso ativados nas comunidades ou “colônias”; o contexto de socialização religiosa de futuros membros do clero; o papel do sistema escolar católico na formação de diversos grupos dirigentes.

Palavras chave: Imigração, Igreja católica, reprodução social, catolicismo

School, religion and community: elements to the comprehension of the “immigrant Catholicism”

Abstract. This paper focuses on the relations between the process of Catholic institutional readaptation and the phenomenon of non-Portuguese European immigration in the Brazilian State of Rio Grande do Sul. The following aspects are highlighted in the analysis: the dynamic of the religious framework strategically built amidst the “immigration” zones and its effects on rural populations composed mainly by “German” and “Italian” descendants since late XIXth century; the context of primary religious socialization of future Church professionals; and the role of the Catholic school system in the formation of various dominant groups.

Key-words: Immigration, Catholic Church, social reproduction, Catholicism

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe.

1 Introdução

A “religiosidade católica” dos imigrantes e descendentes no Rio Grande do Sul é capítulo obrigatório em todos os trabalhos de caráter geral ocupando-se da colonização. Ademais, não são raras obras dedicadas exclusivamente à “devoção católica”, ao tipo de organização inicial da “Igreja nas colônias”, às capelas e capitéis, à reza do terço, em suma, a uma série de práticas religiosas apontadas como “traço forte” tanto da “cultura italiana” quanto da “alemã” trazida pelos imigrantes.

Em que pese o fato de a bibliografia sobre imigração/colonização e sobre a Igreja no Rio Grande do Sul, de modo geral, ser produzida quase que exclusivamente por indivíduos com algum grau de comprometimento não estritamente analítico com esses temas (padres, ex-padres, ex-seminaristas, religiosos, leigos católicos, entre outros) e de haver, portanto, a incorporação de uma série de princípios morais e visões socialmente consagradoras dos objetos que analisa, o conjunto de indicações disponibilizadas é muito útil e interessa a esse estudo por duas razões. Primeiramente, porque, se tratadas com o rigor metodológico necessário e comparadas com dados de fontes distintas, elas podem permitir aproximação razoável a componentes definidores da relação entretida entre parcelas importantes dos imigrantes e de seus descendentes com o universo católico. Entre outros aspectos, citamos, por exemplo, os nexos entre a instalação e reprodução de novos grupos sociais e as estratégias de construção institucional levadas a cabo pela Igreja; os mecanismos de enquadramento e normatização social e religioso ativados nas comunidades; o contexto de socialização religiosa de futuros membros do clero; o papel do sistema escolar católico na formação de diversos grupos dirigentes. E, em segundo lugar, porque o próprio fato de boa parte da literatura em questão atrelar-se a agentes ligados ao catolicismo constitui, em si, um fenômeno a ser devidamente objetivado por qualquer estudo relativo tanto à Igreja católica quanto ao processo de imigração e colonização no Rio Grande do Sul.²

No entanto, para facilitar a exposição da análise, nos limitaremos neste texto a abordar o primeiro eixo de questões; o segundo eixo já foi objeto de outro trabalho (SEIDL, 2007). É importante ressaltar, portanto, que várias dimensões aqui apresentadas não concernem à

² Este artigo retoma discussões apresentadas em investigação voltada à formação da elite eclesiástica do Rio Grande do Sul e suas transformações a partir, sobretudo, da segunda metade do século XX (SEIDL, 2003). Além do extenso uso de fontes escritas, a pesquisa também valeu-se de 51 entrevistas com dirigentes católicos (bispos e arcebispos, reitores de seminário e de institutos, teólogos e professores, coordenadores da CNBB e de pastorais).

totalidade dos imigrantes e seus descendentes, mas representam a imposição de uma visão hegemônica da Igreja que se legitima a partir de estratégias de universalidade e homogeneidade, isto é, pretendem dizer respeito ao conjunto dos “não luso-brasileiros”, sem diferenciar possíveis modalidades de relação com a religião.

De acordo com a literatura, e ressaltado em todos os relatos orais colhidos junto a descendentes de imigrantes membros da Igreja, a religião estruturava a “vida familiar” e “comunitária nas colônias”,³ funcionando como fator decisivo de identificação cultural. Considerando o sistema de colonização adotado, as condições de isolamento e a heterogeneidade dialetal e de origem geográfica dos colonos, o pertencimento católico compartilhado emergiu como importante mecanismo de agregação. De outro lado, a própria estruturação física das colônias teve peso acentuado no tipo de rede de organizações socioculturais e religiosas que animariam e caracterizariam a vida dos colonos, praticamente sem a marginalização de ninguém que compusesse essa comunidade rural, considerando a alta homogeneidade étnica, lingüística e confessional (AZEVEDO, 1975; KREUTZ, 1991; DACANAL, 1980; MANFROI, 2001; SEYFERTH, 1986). Pois, embora viessem de várias regiões de seus países e falassem os dialetos correspondentes, a organização das colônias seguiu majoritariamente o princípio de distribuição por “nacionalidade”, havendo, no entanto, áreas compartilhadas por alemães e italianos, as ditas “colônias mistas”. Porém, em qualquer desses casos, o fato comum era a ausência ou a presença minoritária do elemento “brasileiro” nas “colônias” originais.

Com respeito à religião confessada, no caso dos italianos, praticamente todos aqueles que indicavam pertencimento religioso diziam-se católicos. Portanto, a religião não servia como critério delimitador. Pelo lado dos alemães, a divisão equilibrada entre protestantes e católicos dentre o contingente de imigrantes foi, em muitos casos, referência na organização dos núcleos, encontrando-se “comunidades inteiramen-

³ Sobre o funcionamento religioso e suas transformações ao longo do século XX em uma comunidade francesa da região da Bretanha, consultar o excelente trabalho de Yves Lambert (1985). Apoiado em material amplo e variado, o estudo demonstra, em profundidade, o peso do catolicismo na estruturação de toda a vida de uma comunidade rural cujo clima de “quase-cristandade” permaneceu até os anos 50. Ao abordar o conjunto das práticas sociais e culturais comunitárias em suas relações com a religião católica (escola, cotidiano doméstico, celebrações religiosas, casamentos, trabalho), a pesquisa reconstitui um estado recente de forte integração religiosa na qual o catolicismo formava um “sistema totalizante de atitudes e de certezas, ao mesmo tempo religiosas, morais, sociais e políticas”. Com relação aos efeitos do enquadramento religioso dos padres palotinos em uma área sob influência daquela ordem no Rio Grande do Sul, ver o estudo de Marin (1993).

te católicas” ou “inteiramente protestantes”. A ocupação do espaço na zona “colonial” deu-se através da criação de núcleos populacionais contando, em geral, entre 80 e 130 famílias, distribuídas em pequenas propriedades rurais com área de 25 a 50 hectares e localizadas ao longo de estradas chamadas “linhas”, “travessões” ou “picadas”. O lote colonial, cuja exploração envolvia toda a família, era a unidade produtiva fundamental. Nele a noção de auto-suficiência organizava o trabalho, valor cultural que foi sendo consagrado como “contribuição específica do imigrante” (KREUTZ, 1991; SEIDL, 2007; SEYFERTH, 1982a e 1986).⁴

Juntamente com as práticas de âmbito doméstico da oração, incluídas a reza do terço, a freqüência regular à missa e a participação nas várias celebrações religiosas, o desenvolvimento de um extenso sistema de capelas, sobretudo nas colônias italianas, criou espaços não apenas para a manifestação da fé dos habitantes locais, mas também para sua sociabilidade. Com o tempo, a capela passou a organizar a vida social e religiosa dos colonos e se tornou centro de atividades as mais diversas e berço de outras associações e de lideranças comunitárias. Por outro lado, a ausência de um agente oficial da Igreja fez surgir a figura do “padre leigo”, indivíduo com alguns conhecimentos de latim e de liturgia que cumpria parte das funções de sacerdote, e do “fabi-queiro”, dirigente encarregado da administração da capela, ambas figuras de notoriedade na vida local. Em tal contexto, participar da organização comunitária, ocupar algum cargo na comunidade ou na capela, ou ainda simplesmente externalizar a devoção através de doações, de demonstrações de “piedade” e de “virtudes católicas” como o engajamento e a freqüência aos eventos religiosos, significava obter visibilidade e respeito frente aos demais.

As referências a um “ambiente sacral”, ao “status social” gozado pelos padres e religiosos, à “harmonia” entre o “trabalho na roça” e a oração, à “prática integral da religião”, à “possibilidade de mais estudo” através do ingresso na vida religiosa, são todas elas parte de um universo discursivo altamente homogêneo sobre as bases do catolicismo no Rio Grande do Sul. À exceção de pouquíssimos casos, são literalmente essas as referências apresentadas por membros da Igreja junto aos quais realizamos entrevistas em profundidade e que puderam, assim, reconstituir oralmente seu ambiente de socialização religiosa, com especial destaque aos contextos de surgimento da “vocação”. Den-

⁴ Para maiores detalhes sobre a estrutura física das colônias, consultar Azevedo (1975), Kreutz (1991), Lando e Barros (1976), Roche (1969 - espec. v. I, cap. II e V), Dacanal (1980) e Manfroi (2001).

tro desses aspectos, cabe explorar o papel da escola primária católica na formatação da religiosidade e da identidade dos descendentes de imigrantes na zona colonial.

2 A escola paroquial e o enquadramento religioso da comunidade

Embora, em seu conjunto, as zonas de colonização alemã e italiana apresentassem características muito próximas, tudo indica que a relevância alcançada pela “questão escolar” nas “colônias alemãs” não tenha tido par na região “italiana”. A presença de praticamente uma escola em cada comunidade, conjugada com índices muito baixos de analfabetismo, difundiu e consolidou noções de que a “valorização do estudo” pelos teuto-brasileiros, ainda que muitas vezes apenas rudimentar, seria elemento distintivo da “cultura alemã”. Incorporadas estrategicamente pelo discurso de agentes implicados na construção identitária desses grupos (CORADINI, 1998; SEIDL, 2007) - mediadores culturais freqüentemente legitimados por posições sociais ocupadas com base em recursos escolares e culturais -, tais noções ocupam espaço importante nas “explicações” elaboradas sobre “germanidade” e catolicismo.

Uma interpretação bem fundamentada das razões culturais da valorização da escola e de suas implicações para a Igreja é fornecida pelo estudo de Lúcio Kreutz intitulado “O professor paroquial: magistério e imigração alemã”. Nele são expostas conexões entre elementos culturais específicos de parte dos imigrantes alemães vindos ao Estado, a elaboração de um amplo sistema escolar católico fundado na paróquia e a utilização da estrutura escolar primária como instrumento central no projeto de Restauração Católica liderado pelos jesuítas de São Leopoldo. Esse último aspecto é especialmente relevante para o esforço de compreensão dos mecanismos pelos quais aquela ordem religiosa logrou atingir posição hegemônica dentro da Igreja no Rio Grande do Sul, menos na ocupação de postos da hierarquia do que no monopólio na formação do clero e, por essa via, na própria definição da excelência sacerdotal e suas implicações.

De acordo com as indicações da pesquisa de Kreutz, a tradição de escolas elementares católicas em boa parte da região do rio Reno, e em especial no Hunsrueck - principal eixo imigratório alemão para o Rio Grande do Sul - foi transplantada e adaptada com alto grau de fidelidade ao contexto das “colônias” teutas do sul do Brasil, as quais, em boa medida, reproduziram as especificidades do ambiente rural

marcadamente católico da região de origem. A coincidência entre o início do movimento migratório e o ponto alto da implantação da escola elementar na Prússia, a renovação de métodos, a formação de professores e a “criação de uma mística em torno da educação como meio de reconstrução nacional”, explicaria, em certa medida, o investimento dos imigrantes teutos e de seus descendentes na difusão da escola elementar centrada na paróquia. No entanto, esse processo é ainda dimensionado dentro da conjuntura do catolicismo reformado pelos jesuítas vindos da Alemanha e responsáveis espirituais por parte da comunidade teuto-brasileira.⁵

Poderoso instrumento de aculturação, a escola paroquial ou comunitária distinguia-se, sobretudo, pela função religiosa que incorporava, ocupando espaço central no esquema de moralização cristã através de um sistema de educação formal ainda protegido da moral laica dominante nas escolas públicas. Situava-se geralmente ao lado da própria igreja (capela) e do salão paroquial, reservando-se um terreno com benfeitorias, nas proximidades, para a casa do professor paroquial e sua família, assegurados pelas comunidades locais. Sua concepção pedagógica seguia os princípios da *ratio studiorum* dos jesuítas, fundamentada em disciplina rígida e no respeito hierárquico, elementos básicos de um tipo de ensino calcado na repetição como principal meio de interiorização de comportamentos rituais ao estilo do catecismo.⁶ Quanto aos conteúdos aplicados, o ensino religioso sempre teve destaque como principal disciplina, tomando cerca de um terço da carga horária semanal. Entre os inícios da escola paroquial e 1920, o tempo de escolaridade passou de dois a cinco anos e se incorporaram outras matérias além da “leitura da cartilha, história bíblica e catecismo decorado, escrita, e tabuada aplicada às contas cotidianas” (KREUTZ, 1991, p. 143),⁷ sem alterar-se, no entanto, o estatuto central

⁵ A “valorização” e a “promoção” do ensino elementar não foi exclusividade dos imigrantes teutos católicos, mas um “traço” dos imigrantes teutos em geral. Deve-se assinalar que o número de escolas paroquiais evangélicas criadas até 1930 é superior ao católico, apesar de o total de alunos nas escolas de ambas confissões ser praticamente o mesmo. A situação escolar nas colônias teutas em 1930 era a seguinte: 374 escolas católicas, com 16.731 alunos; 449 escolas evangélicas, com 16.735 alunos. Havia ainda 114 escolas mistas, contabilizando 3.467 alunos (Cf. KREUTZ, 1991, p. 149). Sobre esse ponto, ver também Schaden (1963, p. 65-77).

⁶ Sobre os mecanismos de inculcação da pedagogia católica na escola primária no caso de uma comunidade rural, ver Lambert (1985, p. 55-76). Com respeito à lógica própria do sistema escolar religioso, consultar Suaud (1978).

⁷ Ao comparar o material didático das escolas pública e católica em Limerzel, Lambert (1985, p. 59-61) chama atenção para o conteúdo fortemente moralizante, mesclando temas do cotidiano com motivos religiosos, dominante nos livros, manuais e cartilhas católicos, em oposição à temática centrada na descoberta do mundo pelos “bons autores”, trabalhada pela escola pública.

do ensino religioso. O bilingüismo também era traço característico dessas escolas e a manutenção da língua alemã como principal idioma em sala de aula deu-se até o início do processo de nacionalização do ensino, no final dos anos 1930. Embora também ensinado, o português permaneceu como matéria deficiente na formação das crianças nas comunidades rurais teutas, pois as variações do alemão eram a principal língua falada em casa e na sociedade, dada a grande homogeneidade étnica das colônias.⁸

O papel desempenhado pelo professor paroquial ia muito além das tarefas pedagógicas escolares e compreendia todo um conjunto de funções diretamente ligadas à vida religiosa da comunidade. Considerado uma extensão do padre, cabia-lhe exercer praticamente todas as atividades sacerdotais na ausência daquele, além de várias outras, como zelar pelos bens da comunidade e representá-la juntos às instâncias políticas, atuar como árbitro em litígios, promover a leitura e eventos culturais. Como decorrência lógica, o recrutamento de pessoas com tamanha responsabilidade social assentava-se antes de tudo em princípios ético-religiosos do que em competências propriamente pedagógicas. À semelhança dos sacerdotes, mais do que conhecimentos formais, exigia-se do candidato a demonstração de uma “vocação” comprovada por sua “retidão de caráter” e “honestidade”, “aperfeiçoada” anualmente em retiros espirituais reservados aos professores (KREUTZ, 1991; SCHADEN, 1963). Outra característica que assemelha a figura do professor paroquial à do sacerdote era a baixa remuneração da profissão, decorrente da percepção de suas funções em termos de “missão a cumprir” ou de “revelação de dons especiais”, suas recompensas sendo mais simbólicas – notoriedade, reconhecimento social, poder decisório, influência – do que financeiras ou materiais.

Tomando em conta a “tradição germânica” na educação elementar, a inserção do modelo escolar paroquial no esquema de revitalização do catolicismo no Estado, inspirado pelos jesuítas, logrou resultados animadores à Igreja da época. Formado na tradição disciplinar e teológica da Companhia de Jesus, presente na grande maioria das comunidades rurais da zona “alemã” e gozando de respeito e admiração junto à população, o professor paroquial – praticamente um “sacerdote leigo” atuante em todas as dimensões da vida comunitária -

⁸ “Já em 1909, o Governo do Estado tinha condicionado as subvenções às escolas paróquias ao uso diário de duas horas de ensino em português. Isto não foi aceito pela liderança do projeto escolar católico. Porém, vinte anos depois, em 1928, dos 323 professores paroquiais católicos, 82 recebiam subvenções do Estado, isto é, haviam aceito a condição(...)” (Cf. KREUTZ, 1994, p. 27-64). Sobre outros aspectos da nacionalização na vida religiosa de comunidades de origem alemã, ver Rabuske (1994, p. 157-188).

encarnou instrumento dos mais eficientes ao enquadramento moral e religioso dos teuto-brasileiros católicos. À medida que percebiam o potencial de sua dupla ação como professor e líder comunitário, os jesuítas trataram de investir numa capacitação que lhes fornecesse melhores recursos para levar a cabo a tarefa de ensinar e de liderar dentro de perspectivas pedagógicas e morais fundamentadas na filosofia cristã.⁹

Nesse sentido, a fundação do colégio jesuíta Conceição em 1869, em São Leopoldo, projetado inicialmente como Escola Normal formadora de professores para as colônias teutas, deu início à preparação formal dos futuros professores paroquiais no próprio centro do projeto de Restauração Católica Regional. Apesar de a Escola Normal (*Lehrerseminar*) específica para os professores paroquiais estruturar-se a partir de 1923, foram dos seminários e casas de formação de religiosos que saíram os maiores contingentes de professores direcionados à escola comunitária.¹⁰ Tendo recebido a formação ginásial básica, sem, no entanto, concluir os estudos conduzindo ao sacerdócio ou à vida consagrada, os egressos das instâncias escolares católicas adquiriam recursos culturais e escolares perfeitamente ajustados às funções que viriam a ocupar em meio aos colonos. Sendo dificultoso seu retorno ao trabalho manual da lavoura, encontravam no magistério elementar uma orientação socialmente mais condizente com a cultura seminarística e o estilo de vida desenvolvidos durante os anos de internato - conhecimentos escolares básicos e religiosos mais aprofundados, manejo do vocabulário religioso, habilidades musicais, incorporação de uma ética cristã, ascetismo no trabalho e na conduta social. A complementação do treinamento vinha nos estágios de um ou dois anos junto a outro professor, com “quem aprendiam as técnicas de ensino”, “aprofundavam um pouco mais sua formação geral” e “tomavam umas lições teóricas para então irem assumir escolas”. Aos filhos de agricultores que não haviam freqüentado seminário ou casa de formação colocava-se a possibilidade de estudar um pouco mais através das Escolas de Aperfeiçoamento (*Fortbildungsschulen*), outra experiência adaptada da Alemanha e fomentada pelos jesuítas a partir de 1892. Tratava-

⁹ Para detalhes sobre a preparação dos professores paroquiais, como currículos, práticas pedagógicas e livros adotados, ver em especial o capítulo 5 (“A formação do professor paroquial”) de KREUTZ (1991, p. 108-132).

¹⁰ O alto índice de desistência dos estudos religiosos tendia a criar uma população considerável de egressos tanto nos seminários quanto nos juvenatos da época. Os Irmãos Maristas e Lassa-listas, institutos consagrados especialmente ao ensino, abriram suas escolas respectivamente em 1900 e 1904. Os juvenatos equivaliam à Escola Normal, atual ensino médio, neles sendo formados número expressivo de normalistas que atuariam nas escolas comunitárias.

se de escolas destinadas à formação de lideranças comunitárias e de professores, forneciam pequeno aprofundamento ao estudo elementar e tinham a supervisão do pároco local. Assim como para os desistentes dos estudos religiosos, aos interessados pela carreira do ensino também era necessário cumprir estágio junto a um professor conceituado.

Uma peça-chave dentro do projeto de Restauração Católica, fazendo a articulação entre seus orientadores jesuítas e os professores paroquiais, foi a Associação dos Professores Paroquiais Católicos Teuto-brasileiros (*Lehrerverein*), surgida juntamente com a Assembléia Geral de Católicos Teuto-brasileiros (*Katholikenversammlungen* ou *Katholikentagen*).¹¹ Sua instalação se deu na comunidade de Harmonia (localidade que se notabilizaria como “terra de padres e bispos”) em 1898, sendo o vigário jesuíta Pedro Gasper seu principal promotor. Ambas as organizações visavam à coordenação do ensino católico com toda a estrutura das comunidades e centravam-se especialmente na qualificação do professor paroquial. Por meio de reuniões, discussões e, principalmente, pela publicação do *Jornal do Professor Paroquial* (*Lehrerzeitung*, em 1900), trocavam-se experiências de ensino, apresentavam-se as diretrizes pedagógicas, “teorias e práticas novas”, detalhes dos “planos de aula para todas as disciplinas”, as quais eram submetidas à apreciação dos professores”. Num contexto de relativo isolamento das comunidades, a circulação das informações impressas e o encontro periódico nas assembléias da Associação fortaleceram em muito o conjunto dos professores paroquiais como grupo, inclusive possibilitando reivindicações por melhores salários. Por outro lado, interessa salientar em especial a presença do clero nessas instâncias organizativas - assim como em muitas outras nas colônias teutas - pois, via de regra, eram seus elementos dinamizadores e o grau de êxito dessas iniciativas dependia largamente de sua adesão. Nesse ponto, o predomínio dos jesuítas em boa parte das regiões de colonização alemã era praticamente uma garantia de cooperação e estímulo ao envolvimento amplo da comunidade nos órgãos criados.

Afora a Associação dos Professores Paroquiais Católicos, mencionamos pelo menos outros dois órgãos compondo a extensa rede de organizações econômicas, sociais, culturais e recreativas colocada sob a

¹¹ Na apresentação dos objetivos da 1ª Assembléia, lê-se: “Se procurará (*sic*) debater sobretudo em torno da elevação do sistema escolar num sentido cristão, do encaminhamento adequado das relações interconfessionais; além disso, da fundação de associações católicas, sejam elas de natureza social ou religiosa; não por último, porém, pretende-se discutir sobre assuntos agrícolas, como a questão das florestas, da introdução de novas culturas, etc. A política e o falatório sobre pessoas de outras crenças estão proibidos”. (GERTZ, 1992, p. 557-558).

“primazia do espiritual” envolvendo as comunidades rurais teutas. Sobre as já referidas Assembléias Gerais ou Congressos de Católicos, é necessário apontar sua maior abrangência. Tais assembléias gerais eram precedidas por assembléias paroquiais e regionais, as quais englobavam grande parte da população teuta nas discussões dos temas considerados importantes pela comunidade. Nas reuniões gerais, “incluindo três dias de oração, palestras e debates”, era posta em ação uma “mística” sobre os compromissos firmados em torno das decisões a que chegavam os participantes. Preparados e conduzidos pelos padres jesuítas, esses encontros propiciavam – além da reafirmação de fidelidade aos princípios católicos – a introdução de novas idéias sobre organização do trabalho, formas de cultivo, associações.

Outros espaços destinados ao fortalecimento dos “laços comunitários” com base na confissão religiosa eram as Associações Paroquiais Católicas, locais de celebração da vida social e religiosa (festas, encontros, quermesses, eventos beneficentes) e sede das bibliotecas paroquiais. Especificamente na esfera econômico-financeira, a Associação de Agricultores (*Bauernverein*), e depois a União Popular para os Católicos do Rio Grande do Sul (*Volkverein für die deutschen von Rio Grande do Sul*), foram instâncias organizadoras de um sistema de cooperativismo financeiro baseado em Caixas Econômicas Rurais cujos efeitos mostraram-se duradouros na consolidação da influência jesuíta sobre os colonos e na disseminação de um tipo de catolicismo fortemente marcado por um matiz “social”. Considerada a expressão mais importante de instituição católica ligada ao trabalho com os católicos de origem alemã (GERTZ, 1998 e 1992),¹² a função básica da União Popular consistia em se capitalizar com fundos dos colonos para, então, servir-lhes como fornecedor de crédito “barato e acessível” e financiar novas colonizações. No entanto, sua razão fundamental era muito mais abrangente, pois visava a centralizar e coordenar o conjunto das atividades religiosas e sócio-econômicas existentes nas áreas de colonização alemã, que iam desde preocupações com novos assentamentos de agricultores até a educação popular através de conferências, passando pelas escolas católicas, pela imprensa e por instituições de caráter beneficente, entre outras.

A introdução do sistema de Caixas Rurais é atribuída ao padre jesuíta suíço Theodoro Amstad, Secretário Geral da Sociedade União

¹² Antes de ser criada a União Popular, estritamente católica, a Associação de Agricultores tinha caráter interconfessional e baseava-se mais no critério de etnicidade do que no religioso. Dentre as razões que levaram à criação de uma instituição católica coloca-se a concepção de autonomia manifestada pela liderança jesuítica.

Popular e liberado de suas funções pastorais para dedicar-se unicamente a essa atividade. Percorrendo vastas áreas no lombo de um burro, esse religioso estabelecia contatos com os colonos, explicava-lhes a sistemática da cooperativa e coordenava seu funcionamento. As narrativas de seu trabalho estão registradas em uma autobiografia e impressionam tanto pelo grau de detalhes na descrição da zona de colonização alemã quanto pela obstinação no investimento realizado (AMSTAD, 1981). Dentro da construção da “história” da Companhia de Jesus no Rio Grande do Sul, realizada por alguns de seus agentes devotados às tarefas relacionadas a “contar a “história” da Ordem, elaborando sua imagem e, desse modo, consagrando-a social e religiosamente, o padre Amstad ficou conhecido como “Pai dos Colonos”. De fato, a lógica subjacente ao associativismo de base católica, inspirado em congêneres alemães, era a do enquadramento total da população de origem teuta, procurando ocupar todos os espaços sociais e culturais possíveis por mecanismos identificados em maior ou menor grau com o catolicismo e abordando gama muito ampla de temas e esferas.

A tentativa de vincular leigos de projeção social às instituições de maior abrangência foi parte da estratégia de ampliação do leque de influências católico, cujo auge seria alcançado nas décadas seguintes. Dentre os casos mais significativos está a cooptação de pessoas em posição social de destaque - como jornalistas, políticos e médicos pertencentes a famílias dispostas de relações extensas e socialmente relevantes - para assumir postos de coordenação em associações e na imprensa, por essa forma conferindo prestígio e notoriedade a tais órgãos ao mesmo tempo em que mobilizavam suas redes familiares e de amizade na adesão ao projeto católico, dando-lhe maior visibilidade e capacidade de penetração. Assim, vê-se, por exemplo, o acercamento da União Popular a políticos em ascensão no cenário regional das áreas coloniais teutas, como é o caso da eleição de Jacob Becker à presidência da associação, quatro anos antes de se tornar prefeito do município de Venâncio Aires, e do papel central ocupado por Gaston Englert, futuro presidente do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, na criação de uma Central de Caixas Rurais (GERTZ, 1992).

Uma das principais formas de conexão entre as instâncias associativas e a população das colônias era a imprensa católica de língua alemã. Assim como os outros meios de organização da vida comunitária nas “colônias” teuto-brasileiras, a criação de uma imprensa católica sob comando dos jesuítas inseriu-se fortemente na disputa pela definição de uma série de atributos e circunstâncias ligados ao “mundo dos imigrantes alemães” e que diziam respeito, grosso modo, ao “modelo das colônias” - tipo de escola e de métodos de ensino, práticas agríco-

las, relação com o sagrado, princípios éticos, entre outros. Nesse sentido, não é um acaso o surgimento do jornal *Deutsches Volksblatt* (Folha Popular Alemã), criado pelos padres jesuítas em 1871, em São Leopoldo, ter ocorrido em meio ao acirramento de posições “liberais” e “anticlericais” divulgadas em especial pelo “jornalista” alemão Karl von Koseritz, assim como pela criação de órgãos de imprensa evangélicos - que traduziam a competição ideológica vigente em termos de imprensa escrita teuto-brasileira.¹³ Em tal contexto, o principal periódico católico provia os jesuítas, e a Igreja de modo geral, de instrumento importante tanto em sua defesa direta contra o “espírito liberal laicizante” quanto na divulgação de informações, comentários e recomendações de ordem doutrinária dirigidas às colônias em edições semanais, em alemão. Em outras palavras, tratava-se não apenas de informar a população católica das colônias alemãs sobre assuntos considerados pertinentes, mas também de capacitar a estrutura católica regional com meios para se impor ideologicamente num cenário em que ainda estava longe de ser hegemônica.

No rol de publicações católicas que acompanharam a expansão das associações teuto-católicas, destacam-se ainda, além do “Jornal do Professor”, o jornal *Sankt Paulus-Blatt*, órgão específico da União Popular, o “Anuário Católico da Casa, Amigo da Família e Indicador do Caminho para o Ano de...” (*Der Familienfreund Katholischer Hauskalender Und Wegweiser Fuer Das Jahr...*) e o “Anuário Mariano Rio-grandense” (*Riograndenser Marienkalender*), esses últimos almanaques centrados na normatização católica da vida dos habitantes nas comunidades “alemãs” (BOHNEN e ULMANN, 1989; KREUTZ, 1991; ROCHE, 1969). Afora o caráter religioso dessas publicações, há consenso na literatura especializada em imigração no Rio Grande do Sul sobre sua função de fomento a uma identidade étnica teuto-brasileira - denominada pela expressão alemã *Deutschtum* e traduzida por “germanismo” ou “germanidade” - fundada na noção de pertenc-

¹³ O desenvolvimento de uma imprensa dirigida aos imigrantes e descendentes alemães no século XIX é significativo e representou a criação de uma esfera visível de disputas ideológicas entre católicos, evangélicos e liberais de inspiração variada (“maçônica”, “positivista” etc). Karl von Koseritz, pioneiro na defesa da participação dos “alemães” na vida política gaúcha, polarizava os ataques ao catolicismo e em especial aos jesuítas de São Leopoldo, através do jornal *Deutsche Zeitung*. Em 1852, era fundado o primeiro jornal em idioma alemão (*Der Kolonist, O Colono*), mas o auge da imprensa teuto-rio-grandense se deu entre o final do século XIX e o final da Primeira Guerra Mundial. Em 1915, havia 105 jornais em circulação no Rio Grande do Sul, 10 em língua alemã. Na colônia teuta registravam-se, em 1929, além de 5 jornais propriamente ditos, outros 7 periódicos de associações, como o *Jornal do Professor*, 6 almanaques e 19 publicações diversas. Cf. KREUTZ, 1991; ROCHE, 1969, esp. p. 783-790; RÜDIGER, 1998, p. 131-137; e DILLENBURG, s/d.

cimento dos indivíduos de origem alemã à cultura daquele país, mesmo que tivessem nascido e vivessem no Brasil.¹⁴

Se não há dúvidas de que todas as associações criadas nas áreas de imigração alemã cumpriam papel de afirmação e divulgação da “cultura” alemã, funcionando como agências de elaboração de etnicidade,¹⁵ a imprensa e o conjunto de publicações em língua alemã no sul do Brasil ocupavam lugar destacado ao falar sempre, embora com variações de grau, em nome de uma “germanidade”. Por outro lado, interessa aqui, em particular, o fato de a relação entre “germanismo” e catolicismo no Rio Grande do Sul, no período enfocado, ser um componente especificamente jesuítico e não uma posição estratégica oficial endossada pela hierarquia da Igreja. Pelo contrário, as indicações apontam para uma Igreja preocupada com o *abrasileiramento* da população de origem alemã e para a existência de fricções entre a alta hierarquia – liderada pelo arcebispo D. João Becker – e os quadros dirigentes da Companhia de Jesus (GERTZ, 1998 e 1999; ISAIA, 1998). Considerando que o arcebispo de Porto Alegre era alemão de nascimento e tivera sua formação religiosa junto aos renomados jesuítas de São Leopoldo, suas posições conciliadoras entre a defesa de um catolicismo voltado à etnia alemã, advogada pela linha jesuítica, e a necessidade de uma Igreja de “caráter nacional”, “integradora”, indicam preocupações com uma construção eclesial institucional unificada e em consonância com a conjuntura de “construção da nação brasileira” que se esboçava no período.¹⁶ De fato, ao que tudo indica, a visão de D. João Becker tenderia muito mais a um pragmatismo religioso voltado ao fortalecimento de um catolicismo sem adjetivos étnicos e fortemente alinhado com instâncias governamentais – nas quais encontrou importantes dividendos no processo de legitimação social dos princípios católicos ao longo das primeiras décadas do século XX –, do que ao alento de matices valorizando elementos étnicos e identitários.

¹⁴ Para uma visão geral da elaboração ideológica do “germanismo” no Rio Grande do Sul, sua evolução e implicações políticas, como a relação com o nazismo e a repressão por parte do Estado, consultar Gertz (1998).

¹⁵ Como aponta Seyferth: “(...) é entre os colonos de origem alemã que a condição étnica é mais marcada pelas associações: a germanidade (*Deutschtum*) expressada através da atuação das sociedades de tiro, ginástica, canto, culturais (que incluíam grupos de teatro, pequenas bandas e orquestras, etc) e agrícolas. O objetivo expresso nas publicações escritas dessas associações era transmitir à população de origem alemã, a cultura, a língua e o espírito esportivo e associativo dos alemães” (1986, p. 64).

¹⁶ Daniel Pécaut (1990) demonstra bem o clima intelectual vigente no Brasil nas primeiras décadas do século XX ao pôr em relevo as questões dominantes no debate sobre a “construção do país” e a sobre determinação da esfera política frente às demais.

A ênfase aqui dada às instituições culturais da região “alemã” não significa que esses tipos de instâncias de preservação e reelaboração identitária estivessem ausentes nas colônias “italianas”. Praticamente todas elas encontravam seu equivalente, embora com peculiaridades e pesos distintos na formação da vida “comunitária” e na manipulação de uma “italianidade” própria aos imigrantes e descendentes. No caso da imprensa “italiana” no Rio Grande do Sul em inícios do século XX, ainda que não tenha conhecido o mesmo desenvolvimento da “alemã”, seria errado desconsiderar sua atuação como meio de divulgação de uma ideologia étnica em larga medida pautada pelo catolicismo. Como visto, a direção da imprensa católica na região de imigração alemã esteve na mão dos padres jesuítas, líderes regionais do projeto de restauração católica em curso. Pelo lado das colônias “italianas”, por sua vez, foram os padres capuchinhos os responsáveis pela imprensa a marcar a posição católica entre os imigrantes, contrapondo-se a outras posições laicas e nacionalistas, como a representada pelo jornal *Stella d’Itália*. Fundado por dois padres italianos aos quais se associaram os capuchinhos franceses, em 1910, o periódico *La Libertà* centrou-se inicialmente na defesa “fiel dos princípios católicos” romanos, traduzindo o debate vivido na Itália recentemente unificada entre concepções “nacionalistas” e laicas e aquelas defensoras do antigo status desfrutado pela Igreja nos estados papais (MANFROI, 2001).¹⁷ Embora tendo sofrido modificações de denominação e conteúdo, o periódico segue sendo publicado até hoje, com o nome *Correio Riograndense*, fundamentalmente dentro da mesma linha de divulgação variada, porém pautada pelo pertencimento étnico-cultural e religioso.¹⁸

¹⁷ A dimensão estratégica da imprensa católica na região “italiana” esteve presente para os líderes capuchinhos já desde os primeiros anos de sua chegada à região, como se vê nas palavras de um frei pioneiro em relatório ao bispo fundador de outra congregação dominante na mesma região, os carlistas: “Trabalhamos para estabelecer com simplicidade, no centro da colônia italiana, uma pequena impressora, que levará, periodicamente, no seio das famílias, em sua língua materna, uma página do santo Evangelho, explicada e comentada, uma história edificante, alguns conselhos de agricultura, a indicação de algumas brochuras adaptadas às necessidades dos colonos” (Frei Bruno de Gillonay, *apud* COSTA e DE BONI, 1996, p. 40).

¹⁸ A falta de estudos mais isentos sobre a imprensa católica “italiana” – e também sobre a “alemã” – no Rio Grande do Sul dificulta uma avaliação mais precisa de seu papel no conjunto de mecanismos de imposição de uma ideologia étnica dominante identificada com o catolicismo das zonas de imigração. Por outro lado, o trabalho acadêmico de Carla Rodeghero (1998) sobre as representações do “comunismo” na região de colonização italiana do estado, através da influência do jornal católico *Correio Riograndense*, põe em evidência o alcance de alguns dos meios comunicação controlados pela Igreja junto a determinadas populações. Para maiores detalhes sobre as lutas envolvendo as principais ordens religiosas na definição identitária das populações imigrantes, ver Azzi (1990, p. 63-80).

3 Expansão da rede de ensino católica e consolidação do “catolicismo renovado”

A montagem da “nova” Igreja católica no Rio Grande do Sul, iniciada com a europeização de seus quadros e tornada visível na reprodução de um amplo grupo profissional nativo, servindo dentro de estruturas institucionais em crescente desenvolvimento, encontrou no sistema escolar precário dos primeiros anos do século XX um campo estratégico no qual se desdobrar. O processo de instalação de escolas católicas por todo o território do Rio Grande do Sul acompanha a tendência em nível nacional de ocupação do espaço escolar por instituições religiosas vindas da Europa. O contexto de separação entre Igreja e Estado colocava ameaças concretas à hegemonia até então indiscutível da religião católica cuja hierarquia, acostumada a exercer o domínio exclusivo na área religiosa, assistia à introdução do ensino leigo e de confissões protestantes na competição pelos serviços de ensino. A orientação firme da hierarquia em preservar sua tutela sobre o setor educacional fez ser acionado o conjunto de ordens, congregações e institutos religiosos já instalado no país e incentivou a atração de novos, muitos deles com experiência de atividades educacionais e vindo para se dedicar quase que exclusivamente ao ensino (AZZI, 1996). A maior concentração da rede escolar católica nas regiões sul e sudeste do país deveu-se à presença expressiva de imigrantes não-lusos nessas áreas, cujos jovens acreditava-se que assimilariam mais facilmente o modelo de ensino trazido por religiosos muitas vezes conterrâneos seus.

As perspectivas para o ensino particular no Rio Grande do Sul, no início do período republicano, eram especialmente promissoras devido às garantias do Estado de comprometimento apenas com o ensino público primário, deixando à livre iniciativa os níveis secundário e superior. Além disso, há que se chamar atenção para as relações de sintonia entre os governos de cunho “positivista” do estado e a hierarquia católica, destacadas muito mais pela colaboração mútua do que por disputas ideológicas típicas entre anticlericalistas e defensores do monopólio católico.

Por outro lado, cabe lembrar dois aspectos da conjuntura católica amplamente favoráveis ao florescimento escolar religioso, que são a presença maciça de religiosos atendendo, sobretudo, às regiões de colonização; e a força crescente do projeto restaurador regional impulsionado pelos jesuítas, apoiado não somente na supremacia daquela ordem no sistema de formação sacerdotal, mas também na organização

de uma série de mecanismos de inculcação e divulgação do catolicismo através das mencionadas escolas paroquiais, da imprensa e de uma rede associativa, entre outros. A oportunidade promissora que se apresentava a estratégias de expansão e consolidação do catolicismo no estado pela via da socialização religiosa escolar de grupos sociais dominantes, urbanos e rurais, não foi desperdiçada pela instituição. Em questão de poucas décadas, a estrutura de ensino montada pela Igreja católica atingiria todo estado, com vários estabelecimentos logrando alta reputação entre frações importantes da elite que, até então, não se havia engajado publicamente na esfera religiosa, seguramente um dos maiores dividendos obtidos pela instituição em seus intentos de legitimação social e de reprodução material.

Quadro I - Escolas católicas em Porto Alegre (1881-1950)

Colégio	Congregação/Instituto	Ano
Nº Sra. dos Anjos	Franciscanas da Penitência	1881
Anchieta	Jesuítas	1890
Inst. Coração de Maria	-----	1896
Bom Conselho	-----	1900
Sévigné	Irmãs de São José	1904
Nº Sra. do Rosário	Maristas	1904
Sagrada Família	Franciscanas	1907
Nº Sra. das Dores	Lassalistas	1908
Santo Antônio	Lassalistas	1910
São Luís	-----	1917
Champagnat	Maristas	1920
Nº Sra. da Glória	Franciscanas	1920

Fonte: De Boni (1980, p. 246) e Laufer (1956, passim).

Quadro II - Escolas católicas no interior do Rio Grande do Sul (1888-1940)¹⁹

Colégio	Ordem/Congreg./Instituto	Município	Ano
-----	Franciscanas	Pelotas	1888
-----	Franciscanas	Rio Grande	-----
Gonzaga	Jesuítas	Pelotas	1894
Stella Maris	Jesuítas	Rio Grande	1898
Leão XIII	Salesianos	Rio Grande	1901
São José	Irmãs de São José	Vacaria	1903
Maria Auxiliadora	Salesianos	Bagé	1904
Sant'Ana	Maristas	Uruguaiana	1905
Santa Maria	Maristas	Santa Maria	1905
Sant'Ana	Franciscanas	Santa Maria	1905
Divino Coração	Bernardinhas	Alegrete	1905
São Pedro	Maristas	Passo Fundo	1906
-----	-----	Jaguarão	1906
-----	Maristas	Livramento	1908
La Salle	Lassalistas	Canoas	1908
Nª Sra. P. Socorro	Irmãs de Santa Catarina	São Gabriel	1909
São José	Irmãs de São José	Pelotas	1910
-----	Irmãs de Santa Catarina	Cachoeira do Sul	1911
São Francisco	Franciscanas	Montenegro	1914
Rainha da Paz	Irmãs de São José	Lagoa Vermelha	1918
Joana D'arc	Irmãs de São José	Rio Grande	1918
Notre Dame	Irmãs de Nossa Senhora	Passo Fundo	1923
-----	Mission. de Mª Auxiliadora.	Passo Fundo	-----
-----	Mission. de Mª Auxiliadora	Cruz Alta	-----
Dom Feliciano	Irmãs do C. de Maria	Gravataí	1926
Sagr. C. de Jesus	Filhas do Sagr. C. de Jesus	São Borja	1932
Teresa E. Verzeri	Filhas do Sagr. C. de Jesus	Santo Ângelo	1932
São Francisco	Maristas	Vacaria	1933
Nª Sra. das Graças	Imac. C. de Maria	Arroio Grande	1934
Santa Teresinha	Escolares de Nossa Senhora	Santo A. da Patrulha	1940

Fonte: De Boni (1980, p. 246) e Laufer (1956, passim).

¹⁹ Ambos quadros não são exaustivos. Sabemos, por exemplo, que várias cidades como Itaqui, Palmeira das Missões, Camaquã, São Jerônimo, Dom Pedrito e Santiago tiveram escolas católicas fundadas entre anos 20 e 50, porém sem precisão nos dados.

À concentração inicial de escolas na capital, Porto Alegre, seguiu-se o processo por todas regiões, inclusive pelas vastas áreas “lusobrasileiras” do sul e da fronteira, dominadas por oligarquias rurais pouco identificadas com o estilo de catolicismo romanizado reinante na maior parte do universo dos imigrantes. A série de transformações experimentadas pela sociedade brasileira e gaúcha desde o fim da monarquia teve implicações centrais nas formas de cooptação a serem utilizadas pela Igreja. Como demonstrou Sérgio Miceli (1988), ao se separar do Estado e se romperem suas alianças com o poder político, a Igreja necessitou reformular suas inserções na esfera política e o fez através do estabelecimento de laços com oligarquias locais, num processo que chamou de ‘estadualização’ do poder eclesiástico. Vale dizer, a perda dos recursos garantidos pelo regime anterior obrigava a instituição a se autonomizar financeiramente e, nesse contexto, uma alternativa era o investimento na área mais próxima de influência. Por essa ótica, se o mercado de ensino secundário constituiu a alavanca mais dinâmica e rentável dos empreendimentos eclesiásticos até pelo menos os anos 30 (MICELI, 1988), sua relevância se multiplicou em muitas vezes pelos efeitos do sucesso católico no enquadramento escolar de grupos sociais dominantes no Rio Grande do Sul e a consolidação desse estado como “verdadeiramente católico”. Acompanhando o processo de investida católica no plano cultural que ocorria, sobretudo, no Rio de Janeiro e se evidenciava na conversão de “intelectuais” ao catolicismo, na adoção de movimentos de renovação inspirados na Europa (apostolados leigos, movimentos bíblicos e litúrgicos, Ação Católica) e na intensificação da presença católica em meio às disputas ideológicas do período, o Rio Grande do Sul também assistiu ao acionamento e expansão das estruturas de sua Igreja.²⁰

A ofensiva da Igreja gaúcha através de uma aproximação estratégica, de um lado, com a esfera política e burocrática em nível regional e nacional e, por outro lado, com grupos importantes da elite cultural do estado, teve à testa a arquidiocese de Porto Alegre, comandada pelo arcebispo “reformador” D. João Becker (1870-1946). Formado na tradição jesuítica e ajustado ao ambiente de “restauração da cristandade” que vigorava no país, D. Becker marcou sua trajetória episcopal de mais de três décadas com o empenho em construir espaços de destaque à Igreja na sociedade rio-grandense, em conformidade

²⁰ Sobre os “intelectuais católicos” e o contexto de reorganização da Igreja Primeira República, ver Moura e Almeida (1977). O já citado livro de Daniel Pécaut, *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*, especialmente em sua primeira parte, é uma boa fonte de informação e de análise sobre o estado das disputas ideológicas e os diferentes grupos implicados entre o início da república e os anos 50.

ao modelo do catolicismo romanizado. Para tanto, insistiu no respeito e valorização da hierarquia eclesiástica, assim como do papel da instituição católica na “regeneração social” do estado. Valendo-se de grande número de alocuções e de cartas pastorais, além de demonstrar sinais de poder com um estilo de vida aparatoso, o arcebispo privilegiou o uso da palavra escrita para criar a imagem de uma Igreja “forte” e alinhada com o poder político, como demonstrado na estreita colaboração mantida tanto com o castilhismo no Rio Grande do Sul quanto com o governo de Getúlio Vargas.²¹ Em que pesem as divergências com partes do clero e do laicato gaúcho – acusações de ser “autoritário” e partilhar de “ideologias autoritárias”, de “elitista”, “nacionalista” (sobretudo por parte do clero e lideranças “alemãs”), “político”, entre outras -, o período episcopal de D. João Becker consagrou uma visão respeitosa da autoridade religiosa, das instituições eclesiásticas e da prática do catolicismo, sobretudo na importante região mais urbanizada do estado. Da mesma forma, sob sua liderança, a Igreja do Rio Grande do Sul logrou obter respaldo das principais lideranças políticas e culturais de seu tempo, com benefícios materiais e simbólicos fundamentais, sem contar o salto numérico nos quadros do clero regional, como indicamos anteriormente.²²

A expansão de parte da “atmosfera de cristandade” predominante na zona colonial para outros centros urbanos teve impactos profundos não apenas sobre a formação intelectual de jovens oriundos de grupos mais abastados, mas também sobre a modificação de todo um *ethos* social que se opunha a estilos de vida bastante distintos daquele vigente nos internatos católicos.²³ Em contrapartida, parte da

²¹ Como mostra Isaia: “antes de mais nada, precisa ficar claro que o castilhismo rio-grandense desenvolveu um padrão de relacionamento com o catolicismo baseado em um *modus vivendi* harmônico. O catolicismo era aceito como força legitimadora e capaz de colaborar com o acatamento social requerido para a vigência da ordem. Por outro lado, o catolicismo rio-grandense via com simpatias uma experiência governamental fundamentada em princípios como a moralidade como norma administrativa, o apelo à ordem, o desdém à consulta popular como princípio legitimador e realizador do bem comum, o antiliberalismo e, principalmente, o prestígio e a liberdade desfrutados pela religião no castilhismo” (1998, p. 70). Ver também De Boni (1980, p. 246-252). Sobre a posição favorável da hierarquia ao golpe de Estado de 1930 e o amplo envolvimento da Igreja na legitimação da esfera política, consultar o artigo de Azzi (1978).

²² Para um exame aprofundado do período episcopal de D. João Becker em Porto Alegre (1912-1946), ver o estudo de Isaia (1998). Consultar também o artigo de Gertz (1992) sobre as posições “nacionalistas” do arcebispo e seu incentivo à organização de movimentos leigos; e Azzi (1993, v. 3, espec. parte III).

²³ “A disciplina reinante no colégio chocava-se, geralmente, com o *modus vivendi* da época. Missa diária, cuja ausência era punida; obrigação de arrumar a própria cama, de lustrear os sapatos, de escovar a roupa; uso de uniforme; horas de silêncio obrigatório; estudo individual

estrutura da Igreja até então fundada num catolicismo eminentemente “rural” teve de ser reorientada às novas tarefas de cristianização das elites, atendendo às “necessidades de educação e orientação moral de segmentos crescentes da classe média urbana e quadros burgueses em ascensão” (KRISCHKE, 1979, p. 135), os quais cada vez mais adotavam estratégias de investimento escolar. O resultado mais visível desse processo foi a formação de um grupo tratado pela literatura pertinente como “geração católica”, o qual, a partir de inserções em múltiplas esferas sociais, adquiriu posição dominante no seio das disputas ideológicas regionais até meados do século XX.²⁴ As condições de surgimento e consolidação dessa “geração” encontram-se fundamentalmente na homogeneidade do percurso escolar de seus membros – mais do que em suas origens sociais, embora poucos tivessem origens “humildes” –, desde as classes elementares até o ginásio sob orientação católica e, em especial, jesuíta. Essa unidade com base na educação e na religião, conjugada com a diversidade de segmentos profissionais em que atuavam seus componentes, teria garantido à “geração católica” uma presença mais “extensa” do que a da “geração positivista”, formada em fins do século XIX e dominante na esfera política (Trindade, 1982, p. 39-40).²⁵ Assim, além da arena político-partidária, na qual também se inseriam tanto pelo lado dos republicanos “positivistas” quanto pelo dos “maragatos”, os “católicos” igualmente se faziam presentes no domínio científico, religioso e universitário, destacando-se profissões nas áreas da Medicina, Engenharia, Direito e magistério superior.

O elemento central na formação, orientação e articulação inicial desse extenso grupo de leigos foi o intenso investimento dos padres jesuítas numa estrutura educacional capaz de atrair e integrar amplamente membros de famílias de posição social mais elevada. Desde 1869, no Colégio Conceição, em São Leopoldo, os jesuítas alemães já

sob vigilância; aulas, talvez cansativas, onde a gramática, a redação, os textos decorados, a matemática, o catecismo, as traduções do latim, eram uma constante; limpeza e conservação do prédio; saídas controladas; vigilância, por vezes, até fora do colégio etc., tudo isso, tão diferente da vida tradicional gaúcha e da romântica boemia da vida estudantil” (De BONI, 1987, p. 250).

²⁴ A ausência de estudos aprofundados sobre a “geração católica” – assim como sobre a formação da rede de ensino católica – não permite uma visão mais precisa de suas modalidades de atuação nem das diferentes posições de seus membros. O material em que nos baseamos é composto de alguns poucos estudos parciais e de um conjunto de obras sobre a “história” das principais escolas secundárias e superiores católicas, além de algumas biografias de educadores religiosos que se notabilizaram. Destacamos: Monteiro (2006); Trindade (1982); Isaia (1998, espec. p. 79-143); Bohnen e Ullmann (1989, espec. p. 165-286); João e Clemente (2002); João, Maria e Clemente (1987); Maria (1986); Clemente (2001); Rodrigues (2000).

²⁵Sobre a composição das trajetórias sociais de alguns dos principais componentes da elite política “positivista”, ver especialmente o estudo de Grijó (1998).

forneciam estudos para jovens não direcionados ao sacerdócio e iniciavam um trabalho de ensino cuja reputação teria seu auge no Colégio Anchieta, em Porto Alegre, a partir de 1907.²⁶ Com um corpo docente “importado” da Europa e qualificado tanto nas áreas “humanas” quanto nas “naturais”, “disciplina rígida” e resultados destacados nos exames de seleção ao ensino superior, a “educação jesuítica” tornou-se marca de distinção para aqueles que haviam freqüentado suas escolas, e isso não apenas quanto à educação formal, mas também em relação a um conjunto de atributos morais e de hábitos de vida, como uma “visão humanista”, “disciplina”, “higiene pessoal”, entre outros.

Três círculos “intelectuais católicos”, constituídos em Porto Alegre no início do século XX em torno de religiosos “intelectualmente notáveis”, tiveram influência marcante na posterior ascensão de membros da “geração católica” a posições sociais de destaque. Um primeiro círculo foi aquele estruturado pelo frade capuchinho Pacífico de Bellevaux, clérigo francês professor de filosofia e escritor que reunia alunos em sua residência e adquiriria “grande ascendência sobre a *intelligentsia* católica” gaúcha, igualmente exercendo função central na organização da elite feminina em escolas dirigidas por religiosas. Um segundo “líder intelectual” e “espiritual” da época foi o jesuíta alemão Pe. Werner von und zur Mühlen, instalado no estado desde 1912 e cujos cursos livres eram muito disputados pelos alunos das escolas superiores. A “geração do padre Werner”, como seria chamado mais tarde esse grupo, esteve marcada profundamente por “princípios da filosofia escolástica” e por um “rigor intelectual”. Por último, um terceiro elemento formador das elites urbanas no Rio Grande do Sul foi o marista Irmão Weibert, outro religioso alemão em torno do qual se estabeleceu um grupo de estudantes seguindo o mesmo princípio dos outros círculos, ou seja, uma educação “rígida” e “precisa” que, ao mesmo tempo em que fornecia o conhecimento necessário ao ingresso nas carreiras superiores, enquadrava seus membros religiosa e moralmente de forma muito “competente” aos olhos da Igreja (CLEMENTE, 2001; ISAIA,

²⁶ Em 1900, o Colégio Conceição obteve a equiparação ao Ginásio Nacional, o Colégio D. Pedro II do Rio de Janeiro. O mesmo se deu com o Anchieta, em 1908. Seus programas de ensino não se diferenciavam de outras escolas européias e americanas bem reputadas. O estudo de Faguer (1991) junto a uma população de ex-alunos de uma escola jesuíta de Paris explora bem o papel de instituições escolares católicas nos moldes dos internatos de elite sobre as estratégias de reprodução de famílias tradicionalmente ligadas ao catolicismo. Entre outros aspectos, o autor demonstra os efeitos duráveis do que chama de “pedagogia do homem total” sobre a biografia dos ex-alunos quanto à adesão aos valores e a um estilo de vida marcados pelo catolicismo, às escolhas de carreira profissional e à formação de redes de solidariedade homogêneas, passíveis de serem mobilizadas ao longo de muito tempo.

1998; JOÃO et AL, 2002; Trindade, 1982).²⁷ A esse rol de lideranças religiosas deveria ser ainda acrescentado o nome do Irmão Afonso (Desidério Alphonse), marista francês que concentraria esforços, auxiliado por alunos e ex-alunos maristas, na fundação da primeira faculdade católica no estado. Muito mais do que preparar alunos para as faculdades em seus “cursos preparatórios”, esses agentes religiosos formados na Europa e rapidamente notabilizados no Rio Grande do Sul pela fama de “excelentes educadores”, recrutavam e instrumentalizavam homens incumbidos de levar o catolicismo ao interior de suas redes de relação familiar e de amizades, de suas profissões e, em especial, às esferas sociais mais visíveis como a política e a cultural.

De par com esses grupos liderados por religiosos professores, a fundação de congregações de “acadêmicos católicos” teve papel decisivo no recrutamento e formação de amplas redes de leigos estreitamente comprometidos com a divulgação do catolicismo nos espaços sociais em que se moviam. O núcleo inicial mais importante foi criado em 1911 (*Mater Salvatoris*) no Colégio Anchieta, reunindo não apenas ginasianos, mas vários alunos de cursos superiores aos quais mais tarde se uniriam profissionais já formados, de modo que o grupo se ramificaria amplamente pela esfera acadêmica e por diversas profissões. A percepção das faculdades como espaço estratégico para inserção de grupos “católicos” concretizou-se na criação do Centro Católico de Acadêmicos, fundado por ex-anchietanos e congregados, e a partir do qual a Igreja ganhava presença num meio fortemente secularizado e freqüentado majoritariamente por jovens urbanos de origem social mais elevada. Quatro anos após a fundação desse centro, a nomeação de um professor “católico” para a Faculdade de Direito de Porto Alegre representava passo decisivo à afirmação da ascendente “geração de católicos” e, ao mesmo tempo, à consolidação do catolicismo rio-grandense que começava a adquirir um reconhecimento social inédito. O êxito do grupo de “intelectuais católicos” em se impor na esfera universitária gaúcha pode ser medido pelo peso que muitos de seus membros vieram a ter na própria estruturação da Faculdade de Filosofia do estado no início dos anos 40, onde em pouco tempo vieram a assumir grande parte das disciplinas e a direção do curso. Em 1945, quando Armando Câmara – “intelectual católico” de proa – chega ao

²⁷ Os estudos de De Boni (1977, 1980); Monteiro (2006); Bohnen e Ullmann (1989); Rodrigues (1997 e 2000); e Trindade (1982), apresentam dados significativos sobre ex-alunos dos ginásios jesuítas e maristas tendo ingressado nos cursos superiores mais valorizados, assim como o nome de vários daqueles que viriam a se notabilizar. Sobre a atuação da “geração católica” na esfera acadêmica e cultural e suas relações com os jesuítas, ver em especial Monteiro (2006) e Trindade (1982).

posto de reitor da Universidade do Rio Grande do Sul, o curso de Filosofia passa a ser domínio praticamente exclusivo desse grupo moldado pela ação de instituições escolares e extra-escolares católicas.²⁸

A intensa expansão organizacional do laicato através de centros, associações e grupos que se espalharam pela capital e pelas cidades do interior do estado, em estreita conexão com a estrutura escolar católica, teve impactos de longo alcance sobre os mecanismos de reprodução institucional da Igreja. Além dos já mencionados efeitos da criação de “lideranças intelectuais” definidas pelo pertencimento ao catolicismo, a incorporação de grupos sociais até então reticentes ao comprometimento religioso e à manifestação pública de sua fé – sinais de uma crescente legitimação social do catolicismo em nível regional –, o surgimento de uma faculdade católica em 1940 assinalaria um salto considerável no esquema de enquadramento educacional das elites gaúchas e, simultaneamente, no próprio sistema de formação intelectual da Igreja. O núcleo original da Faculdade Católica de Ciências Econômicas havia sido formado pelo citado grupo sob liderança do Irmão Afonso, sediado no colégio marista Nossa Senhora do Rosário, juntamente com vários outros ex-membros de círculos intelectuais católicos, os quais assumiriam a coordenação dos cursos instalados. No ano de 1948, a Faculdade foi transformada em Universidade Católica do Rio Grande do Sul e, dois anos mais tarde, Pio XII outorgou-lhe o título de “Pontifícia”. É revelador o fato de seu primeiro reitor ter sido o destacado professor Armando Câmara, o qual ainda comandava a Universidade do Estado do Rio Grande do Sul e acumulou por breve período a reitoria das duas universidades gaúchas. As pequenas “biografias” contidas nas obras que tratam da “história” da Universidade Católica mostram como todos os principais membros da direção haviam integrado grupos liderados por religiosos e mantido laços com seus “formadores”. Encontra-se aí uma forma corrente de consagração social que simultaneamente é auto-consagradora, no caso, do instituto Marista e da Igreja, de modo geral, ao ser exaltada a “qualificação” e a trajetória profissional de indivíduos formados pela própria instituição (colégios católicos, cursos livres de religiosos).

A abertura de cursos superiores sob a chancela católica significava, entre outras coisas, uma potencialização considerável das ativida-

²⁸ Trindade (1982) dá informações detalhadas sobre o processo de criação da faculdade de Filosofia e o nome dos principais integrantes do grupo. Para uma análise da ascensão dos “católicos” no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, em particular no curso de Ciências Sociais, ver o trabalho de Monteiro (2006). Também Isaia (1998) traz dados consistentes sobre os “intelectuais católicos”, inclusive havendo entrevistado vários de seus remanescentes.

des, até então realizadas de forma mais esparsa e em nível inferior pelas escolas e por alguns religiosos, de preparação intelectual de quadros profissionais leigos e também de religiosos que se dedicariam ao ensino secundário nas escolas católicas.²⁹ Além dessas funções e de tudo que a presença de uma universidade unicamente católica representava à afirmação da Igreja no estado,³⁰ destaca-se em especial a criação de espaços institucionais oferecendo recursos escolares e culturais importantes à “qualificação” de um conjunto de profissionais da Igreja, através de um instituto de teologia que se tornaria uma ponta de lança do sistema escolar da Igreja do Rio Grande do Sul.

4 Considerações finais

A tentativa de objetivação de elementos centrais à elaboração de um tipo de catolicismo no estado do Rio Grande do Sul, aqui empreendida, aponta para relações intrincadas entre o fenômeno da imigração e um projeto de renovação institucional católico. Como visto, a construção de um poderoso aparato religioso no Rio Grande do Sul esteve inicialmente apoiada em gama expressiva de ordens, congregações e institutos religiosos europeus atraídos pela ampla oportunidade de serviços junto ao contingente imigrante que afluía ao estado. Ao simples fornecimento básico de assistência espiritual aos “colonos” católicos, majoritariamente compostos por alemães e italianos, a presença religiosa nos núcleos coloniais desdobrou-se em complexo esquema de enquadramento social e cultural que logaria colocar sob a lógica da Igreja frações importantes do universo das “comunidades rurais” em que se baseara a colonização. Desde as escolas paroquiais até a imprensa “alemã” e “italiana”, passando pelas organizações cultu-

²⁹ A visão “entusiástica” de Ir. Afonso sobre a Universidade Católica diz muito da lógica subjacente ao investimento da Igreja, e, sobretudo, dos maristas. Em carta ao Conselho Provincial dos Maristas, escreveu: “a Universidade Católica é um todo. É a jóia e a esperança da Arquidiocese. (...) O relatório da reunião plenária dos bispos do Rio Grande do Sul indica que os bispos recomendam expressamente aos fiéis de manter a Universidade Católica. A Província (*Marista*) já usufrui vantagens dos cursos: até 1946, 59 irmãos obtiveram o diploma de bacharel e 34 de licenciados. Em 1947, 56 irmãos seguem os cursos superiores. Nenhum desses irmãos perdeu a vocação. Valeria a pena assinalar outras vantagens essenciais: o prestígio de nossas obras, o bem realizado pela Universidade: as elites para as posições dominantes na vida social. (...) A Universidade Católica é tanto mais católica quanto será mais completa ampliando as possibilidades de apostolado” (CLEMENTE, 2001, p. 106-107).

³⁰ O estudo de Casali (1995) sobre a criação das universidades católicas em São Paulo e no Rio de Janeiro, dentro do contexto nacional de “restauração católica”, mostra bem a unidade do projeto de evangelização da cultura através do ensino superior e a formação de elites intelectuais católicas. A obra inclui trechos esclarecedores de entrevistas com leigos e religiosos de papel central no planejamento e fundação dessas instituições.

rais e cooperativas agrícolas, a normatização social da conduta pública e privada na vida comunitária levaria a chancela da autoridade católica.

Se por um lado, tanto as fontes bibliográficas sobre catolicismo e imigração quanto os agentes religiosos fornecem uma visão “naturalizada” da relação entre o “mundo católico” das “colônias” e a adesão de muitos de seus membros a um projeto de vida religiosa, o exame mais detido de parte das condições objetivas e subjetivas de produção e reprodução da crença e de práticas católicas procurou trazer à tona alguns dos efeitos de uma dinâmica histórico-social específica. Cremos que tais procedimentos são proveitosos à compreensão das múltiplas conexões entre o processo social de imigração e a reelaboração institucional da Igreja, assim como para o estudo dos mecanismos de formação e as estratégias de legitimação de grupos dirigentes em diversas esferas de atuação.

Referências

- AMSTAD, T. **Memórias autobiográficas**. São Leopoldo: UNISINOS, 1981.
- AZEVEDO, Thales de. **Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: A Nação/IEL/DAC/SEC, 1975.
- AZZI, Riolando. **A igreja e os migrantes: a aculturação dos italianos e a consolidação da obra escalabriniana no Brasil (1924-1951) - vol. 3**. São Paulo: Paulinas, 1993.
- BALÉM, João. M. Os bispos de Porto Alegre. In: **Guia da arquidiocese de Porto Alegre**, 1969, p. 03-21.
- BOHNEN, Aloysio; ULLMANN, Reynholdo A. **A atividade dos jesuítas de São Leopoldo (1844-1989)**. São Leopoldo: UNISINOS, 1989.
- CASALI, Alípio. **Elite intelectual e restauração da igreja**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CLEMENTE, Elvo. **Pilares da PUCRS**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- CORADINI, Odaci L. Os significados da noção de ‘italianos’. In: MAESTRI, Mário (coord.). **Nós, os ítalo-gaúchos**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2ª ed., 1998. p. 33-39.

COSTA, Rovílio; DE BONI, Luís A. **Os capuchinhos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1996.

DACANAL, José Hildebrando. **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

DE BONI, Luís A. **Catolicismo no Brasil: início do fim?** Caxias: Universidade de Caxias do Sul/Porto Alegre: EST, 1977.

_____. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: DACANAL, José Hildebrando. **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 234-255.

DILLEMBURG, S. R. **Quatro publicações marcantes no jornalismo Rio-Grandense**. Nova Petrópolis: Ed. Amstad, (sd.).

FAGUER, Jean-Pierre. Les effets d'une 'éducation totale': une école jésuite, 1960 **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n° 86-87, 1991, p. 25-43.

GALIOTO, A. O significado das capelas nas colônias italianas do Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luís A. (Org.) **A presença italiana no Brasil**. V. I. Porto Alegre/Torino: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1987. p. 293-312.

GERTZ, René. Catolicismo social no Rio Grande do Sul: a União Popular". **Veritas**, Porto Alegre, v. 37, nª 148, dez. 1992, p. 553-579.

_____. **O perigo alemão**. 2.º ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

ISAIA, Artur C. **Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

JOÃO, Faustino; CLEMENTE, Elvo. **História da PUCRS**. 2º ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

_____; MARIA, R.; CLEMENTE, Elvo. **Irmão Afonso: fundador da PUCRS**. Porto Alegre: Epecê, 1987.

KREUTZ, Lúcio. A escola teuto-brasileira católica e a nacionalização do ensino. In: MÜLLER, T. L. **Nacionalização e imigração alemã**. São Leopoldo: UNISINOS, 1994. p. 27-64.

_____. O professor paroquial: **magistério e imigração alemã**. Porto Alegre/Florianópolis/Caxias do Sul: Ed. da UFRGS/ Ed. da UFSC/ EDUCS, 1991.

KRISCHKE, P. J. **A igreja e as classes políticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LANDO, Aldair M; BARROS, Eliane C. Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José H. (Org.). **RS: Imigração e Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 09-46.

LAUFER F. A igreja católica de 1912 a 1957. In: **Enciclopédia rio-grandense**. Canoas: Editora Regional, 1957, v. 4.

LAMBERT, Yves. **Dieu change em Bretagne: la religion à Limerzel de 1900 à nos jours**. Paris: Les Éditions du Cerf, 1985.

MAESTRI, Mário (Coord.). **Nós, os ítalo-gaúchos**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. 2ª ed. Porto Alegre: EST, 2001.

MARIA, R. **Irmão José Otão: vida e obra**. Porto Alegre: D. C. Luzzatto, 1986.

MARIN, Jéri R. **“Ora et labora”**: o projeto de restauração católica na ex-colônia Silveira Martins. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Dissertação de Mestrado em História, 1993.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MONTEIRO, L. M. **A estratégia dos católicos na conquista da Sociologia na UFRGS**. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS (Dissertação de Mestrado em Ciência Política), 2006, mimeo.

MOURA, Sérgio L. de; ALMEIDA, José M. G. de. A Igreja na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira – o Brasil Republicano – Tomo III, v. 2, 1977**. p. 323-342.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

RABUSKE, Arthur. A nacionalização e a Igreja católica. In: MÜLLER, Telmo L. **Nacionalização e imigração alemã**. São Leopoldo: UNISINOS, 1994. p. 157-188.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande e o Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

RODEGHERO, Carla. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

RODRIGUES, Nadir. B. **Ação inovadora dos irmãos maristas o sul do Brasil: 1900-2000**. Porto Alegre: Epecê, 2000.

_____. **Assim nossos irmãos maristas escreveram (1897-1941)**. Porto Alegre: USBEE, 1997.

SCHADEN, Egon. Aspectos históricos e sociológicos da escola rural teuto-brasileira. In: **I colóquio teuto-brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS, 1963. p. 65-77.

SEIDL, Ernesto. **A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS (Tese de Doutorado em Ciência Política), 2003, mimeo. 506 p.

_____. Intérpretes da história e da cultura: carreiras religiosas e mediação cultural no Rio Grande do Sul. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 14, n° 26, 2007, p. 77-110.

SEYFERTH, Giralda. A representação do 'trabalho alemão' na ideologia étnica teuto-brasileira. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, Nova Série Antropologia, n° 37, out, 1982a, p. 1-33.

_____. **Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982b.

_____. Imigração, colonização e identidade étnica (notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem européia no sul do Brasil). **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. XXIX, 1986, p. 58-71.

SUAUD, Charles. **La vocation**: conversion et reconversion des prêtres ruraux. Paris: Minuit, 1978.

TRINDADE, Fernando C. Uma contribuição à história da Faculdade de Filosofia da UFRGS. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS**, Porto Alegre, ano X, 1982, p. 39-53.

Ernesto Seidl
E-mail: eseidl@terra.com.br

Artigo recebido em julho/2008.
Aprovado em setembro/2008.